



ANEXO X – REGULAMENTO DOS SERVIÇOS

CONCESSÃO COMUM DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRATAMENTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA, DA RESERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ATÉ AS LIGAÇÕES PREDIAIS E SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E AINDA DA COLETA E AFASTAMENTO DE ESGOTO E/OU DA COLETA, AFASTAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, NA ÁREA DE CONCESSÃO DO MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO – MG

Bom Despacho, dezembro de 2022



SUMÁRIO

CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
CAPÍTULO II.....	4
TERMINOLOGIA	4
CAPÍTULO III	7
DA CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO	7
DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL	9
DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA RESIDENCIAL.....	10
DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA COMERCIAL.....	10
DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA PÚBLICA	10
DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA INDUSTRIAL	11
DA COBRANÇA POR SERVIÇOS NÃO TARIFADOS.....	11
DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS	12
CAPÍTULO IV.....	12
DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES E CONJUNTOS HABITACIONAIS	12
DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS	15
CAPÍTULO V	16
DAS REDES DISTRIBUIDORAS DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTO	16
CAPÍTULO VI.....	18
DAS LIGAÇÕES	18
CAPÍTULO VII	19
DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS.....	19
DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA	22
DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO	24
CAPÍTULO VIII	28
DOS RESERVATÓRIOS PARTICULARES	28
CAPÍTULO IX.....	29
DAS TARIFAS.....	29



CAPÍTULO X	30
DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO	30
CAPÍTULO XI.....	31
DA COBRANÇA PELOS SERVIÇOS	31
DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS NÃO TARIFADOS.....	32
CAPÍTULO XII.....	33
DO INADIMPLEMENTO	33
CAPÍTULO XIII	35
DAS RESTRIÇÕES À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	35
CAPÍTULO XIV.....	37
DOS HIDRANTES	37
CAPÍTULO XV	38
DAS PENALIDADES.....	38
DAS INFRAÇÕES.....	38
CAPÍTULO XVI.....	41
DISPOSIÇÕES GERAIS	41
CAPÍTULO XVII	44
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	44



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O presente REGULAMENTO DOS SERVIÇOS estabelece as normas que devem ser observadas para a CONCESSÃO, execução e fiscalização dos serviços públicos de água e esgoto do município de Bom Despacho e dispõe sobre os sistemas de apuração do consumo, o lançamento e a cobrança das TARIFAS pela CONCESSIONÁRIA, bem como sobre as penalidades a que estarão sujeitos os infratores deste Regulamento.
2. Os serviços de água e esgoto são classificados e tarifados de acordo com as disposições deste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e do CONTRATO.

CAPÍTULO II

TERMINOLOGIA

3. No presente REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, adota-se a terminologia consagrada nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
4. Para os fins deste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, são adotadas as seguintes definições:
 - I. Aferição de hidrômetro: processo de conferência do sistema de medição de hidrômetro, para verificação de erro de indicação em relação aos limites estabelecidos pelos órgãos competentes;
 - II. Cadastro de Usuários: conjunto de registros atualizados da CONCESSIONÁRIA, necessários ao faturamento, cobrança de serviços prestados e apoio ao planejamento e controle operacional;
Classe Comercial: economia ocupada para o exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços, ou para o exercício de atividade não classificada nas categorias residencial ou industrial;
 - III. Classe de Consumo: classificação do usuário, por economia, para fins de enquadramento na estrutura tarifária da CONCESSIONÁRIA;
 - IV. Classe Industrial: economia ocupada para o exercício de atividade classificada como industrial pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
 - V. Classe Residencial: economia ocupada exclusivamente para o fim de moradia;
 - VI. Coletor: canalização destinada à recepção de esgotos;



- VII. Consumo de água: volume de água utilizado em um imóvel, fornecida pela CONCESSIONÁRIA ou produzida por fonte própria;
- VIII. Consumo estimado: volume de água atribuído a uma economia, quando a ligação é desprovida de hidrômetro;
- IX. Consumo faturado: volume correspondente ao valor faturado;
- X. Consumo medido: volume de água registrado através de hidrômetro;
- XI. Consumo médio: média de consumos medidos referentes a ciclos de prestação de serviços consecutivos para um determinado imóvel;
- XII. Consumo mínimo: o menor volume de água atribuído a uma economia e considerado como base mínima para o faturamento;
- XIII. Conta: documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde à fatura de prestação de serviços;
- XIV. Controlador de vazão: dispositivo destinado a controlar o volume de água fornecido por ligação;
- XV. Derivação clandestina: ramificação do ramal predial executada sem autorização da CONCESSIONÁRIA;
- XVI. Economia: imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação hidrossanitária privativa ou comum para uso dos serviços de abastecimento de água e/ou de coleta de esgoto;
- XVII. Edificação: construção que, após o seu término, demande em caráter duradouro serviços de água e esgoto;
- XVIII. Esgoto industrial: efluente líquido resultante de atividades produtivas ou de processo de indústria, de comércio ou de prestação de serviço, com características físico-químicas distintas do esgoto doméstico;
- XIX. Esgoto pluvial: resíduo líquido, proveniente de precipitações atmosféricas, que não se enquadra como esgoto sanitário ou efluente não doméstico, nem como esgoto industrial;
- XX. Esgoto sanitário: efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene;
- XXI. Greide: série de cotas que caracterizam o perfil de uma rua e dão as altitudes de seu eixo em seus diversos trechos;



- XXII. Hidrante: aparelho instalado na rede distribuidora de água, apropriado à tomada de água para combate a incêndio;
- XXIII. Hidrômetro: aparelho destinado a medir e indicar, continuamente, o volume de água que o atravessa;
- XXIV. Hidrômetro individual: aparelho colocado na instalação predial de água das economias pertencentes a imóveis com medição individualizada;
- XXV. Instalação predial de água: conjunto de tubulações, conexões, aparelhos e equipamentos localizados a jusante do hidrômetro ou do tubete;
- XXVI. Instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, conexões, aparelhos, equipamentos e peças especiais, localizados a montante do poço luminar;
- XXVII. Ligação clandestina: conexão de instalação predial à rede de distribuição de água ou coletora de esgoto, executada sem autorização ou conhecimento da CONCESSIONÁRIA;
- XXVIII. Ligação de água ou ramal de derivação: conexão do ramal predial de água à rede pública de distribuição de água;
- XXIX. Ligação de esgoto: conexão do ramal predial de esgoto à rede pública coletora de esgoto;
- XXX. Ligação provisória: ligação de água ou esgoto para utilização em caráter temporário;
- XXXI. Padrão de ligação de água: forma de apresentação do conjunto constituído por registro e dispositivo de controle ou medição do consumo;
- XXXII. Período de consumo: período correspondente ao fornecimento de água e/ou coleta de esgoto a um imóvel, compreendido entre duas leituras consecutivas de hidrômetro ou estimativa de consumos consecutivos;
- XXXIII. Poço luminar: caixa situada no passeio, que possibilita a inspeção e desobstrução do ramal predial de esgoto;
- XXXIV. Prédio: toda edificação utilizada para fins públicos ou particulares;
- XXXV. Ramal predial de água: conjunto de tubulações e peças especiais, situadas entre a rede de distribuição de água e o tubete ou hidrômetro, ou hidrômetro principal, no caso de imóvel com medição individualizada, compreendidos estes;
- XXXVI. Ramal predial de esgoto: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública coletora de esgotos e o poço luminar, se houver, incluído este, ou o meio fio;



- XXXVII. Rede distribuidora e coletora: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água e de coleta de esgoto;
- XXXVIII. Sistema público de abastecimento de água ou rede pública de água: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;
- XXXIX. Sistema público de esgoto ou rede pública de esgoto: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas;
- XL. Tarifa de água: valor, por unidade de volume e faixa de consumo, cobrado do usuário pelos serviços de tratamento e abastecimento de água prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- XLI. Tarifa de esgoto: valor, por unidade de volume e faixa de consumo, cobrado do usuário pelos serviços de coleta, remoção e afastamento ou coleta, remoção, afastamento e tratamento de esgoto prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- XLII. Tarifa mínima: menor volume de água atribuído a uma economia e considerado como base mínima para faturamento;
- XLIII. Titular do imóvel/proprietário do imóvel: quando o imóvel estiver constituído em condomínio sem medição individualizada das economias, considera-se titular o condomínio;
- XLIV. Tubete: segmento de tubulação instalado no local destinado ao hidrômetro em substituição deste;
- XLV. Unidade imobiliária: todo o terreno ou edificação ocupado ou utilizado para fins públicos ou particulares; e
- XLVI. Usuário: toda pessoa física ou jurídica – proprietário ou inquilino – responsável pela ocupação ou utilização do imóvel servido pelas redes públicas de água e/ou esgoto.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DA CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO

5. O consumo de água e as ligações de esgotos sanitários, para efeitos de aplicação de tarifas são classificados em 5 (cinco) Classes de Consumo:

- I. Residencial Social;



- II. Residencial;
 - III. Comercial;
 - IV. Pública; e
 - V. Industrial.
6. As tarifas serão aquelas definidas na estrutura tarifária prevista no CONTRATO e seus ANEXOS.

Parágrafo único – As tarifas de tratamento de esgoto serão devidas a partir do efetivo Tratamento de Esgoto pela CONCESSIONÁRIA.

7. Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário podem ser permanentes ou temporários.

Parágrafo único – Entende-se por serviço temporário o fornecimento às feiras, circos, acampamentos e demais usos similares que, por sua natureza, não tenham duração permanente, porém, sempre com hidrômetro.

8. Compete a CONCESSIONÁRIA, mediante inspeção do prédio e a verificação de sua utilização, determinar a Classe de Consumo.

§ 1º Qualquer mudança de Classe de Consumo ou dos diâmetros do ramal predial ou coletor deverá ser requerida à CONCESSIONÁRIA pelo usuário.

§ 2º Os casos de alteração das atividades do usuário ou do número de economias, bem como de demolição do imóvel, deverão ser imediatamente comunicados à CONCESSIONÁRIA para efeito de atualização do Cadastro de Usuários.

§ 3º A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará por eventual lançamento a maior na conta, em função de alteração de Classe de Consumo ou do número de economias a ela não comunicadas, referentes a contas vencidas.

§ 4º A mudança de classe poderá ocorrer por ofício pela CONCESSIONÁRIA, mediante comunicação por escrito ao usuário, sempre que constatada a utilização da água para fins diversos daqueles que serviram de base à fixação da respectiva categoria.



DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL

9. Terá direito a pagar a Tarifa Residencial Social o usuário dos serviços de água e esgoto que, mediante avaliação do Departamento Comercial da CONCESSIONÁRIA, atenderem, cumulativamente, os seguintes parâmetros, respeitando-se o limite até 5% do total das economias da concessionária:

- I. Residência Unifamiliar Subnormal ocupada por usuários com consumo igual ou inferior a 15 m³ (quinze metros cúbicos) e com área útil construída de 50 m² (cinquenta metros quadrados);
- II. Prédio Residencial Multifamiliar com as características descritas no inciso I para cada economia ocupada; e

O usuário deverá ainda seguir as seguintes regras:

- III. O tempo máximo de cadastramento nessa categoria será de 24 (vinte e quatro) meses, ao fim deste, o imóvel será descadastrado automaticamente voltando à categoria Residencial;
- IV. O consumidor poderá solicitar novamente o enquadramento na categoria, desde que atenda aos critérios estabelecidos, 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo;
- V. Para inclusão na categoria o imóvel não poderá ter débitos pendentes;
- VI. O imóvel que, em suas ligações forem detectadas fraudes de qualquer natureza, perderá o cadastramento nesta modalidade, além de sofrer as sanções previstas neste Regulamento;
- VII. O imóvel que estiver cadastrado na categoria Residencial Social e ficar inadimplente por 2 (dois) meses consecutivos será automaticamente desabilitado da modalidade;
- VIII. Fica vedada mais de uma solicitação nesta categoria para o mesmo imóvel;
- IX. O enquadramento na categoria Residencial Social deverá ser solicitado pelo usuário e aprovado pela CONCESSIONÁRIA após vistoria do imóvel;
- X. A CONCESSIONÁRIA poderá, independentemente do prazo mencionado no inciso III deste item após vistoriar o imóvel, alterar a categoria de consumo se for verificada qualquer das infrações contidas no item 137 e seus incisos, deste regulamento.



DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA RESIDENCIAL

10. Compreende as edificações destinadas ao uso exclusivamente residencial, com áreas construídas superiores a 50 m² (cinquenta metros quadrados).

DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA COMERCIAL

11. Compreende:

- I. Estabelecimentos comerciais, tais como: lojas, mercados, barbearia, salões de beleza, laboratórios, depósitos de pães, açougues, confeitarias, mercearias, etc;
- II. Escritórios;
- III. Bares e restaurantes;
- IV. Hotéis e Pensões;
- V. Cinemas e casa de diversões;
- VI. Escolas particulares;
- VII. Hospitais particulares;
- VIII. Oficinas mecânicas, serralheiras e serranas;
- IX. Pequenas oficinas artesanais, tais como: sapateiros, oficinas de bicicletas, rádio, televisão e outros;
- X. Granjas e pocilgas;
- XI. Postos de combustível, que não tenha suprimento próprio para lavagem de automóveis;
- XII. Clubes;
- XIII. Construções comerciais;
- XIV. Cemitérios particulares e terceirizados;
- XV. Outros similares.

DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA PÚBLICA

12. Compreende:

- I. Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta e Fundações Federativas, Estaduais e Municipais;



- II. Escolas Públicas;
- III. Hospitais e Postos de Saúde;
- IV. Quartéis e corporações militares;
- V. Entidades de classes sem fins lucrativos;
- VI. Associações culturais, recreativas e esportivas;
- VII. Organizações com fins filantrópicos, tais como: asilos, orfanatos, albergues e similares;
- VIII. Cemitérios;
- IX. Templos e igrejas;
- X. Outros Similares.

DOS CRITÉRIOS PARA CATEGORIA INDUSTRIAL

13. Compreende:

- I. Fábricas em geral, tais como: sorvetes, gelos, artefatos de comento, tecidos, papel, conservas, bebidas, móveis, cerâmicas, balas, calçados, etc.;
- II. Indústrias metalúrgicas e siderúrgicas panificadoras;
- III. Lava-jatos de automóveis (posto de combustível se for o caso);
- IV. Lavanderias;
- V. Construções industriais;
- VI. Frigoríficos e matadouros;
- VII. Indústrias de laticínios;
- VIII. Outros similares.

SEÇÃO II

DA COBRANÇA POR SERVIÇOS NÃO TARIFADOS

14. A CONCESSIONÁRIA poderá cobrar, desde que requeridos ou previstos no art. 116 deste regulamento, os valores compreendidos nas “Tabelas de Preços e Prazos de Serviços não Tarifados”, homologadas pela ENTIDADE REGULADORA, cujos valores de referência serão os adotados nas tabelas vigentes, no momento da publicação deste EDITAL.



SEÇÃO III

DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

15. O contrato de adesão dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário destinado a regular as relações entre a CONCESSIONÁRIA e o responsável pela ligação deverá estar disponibilizado no site da CONCESSIONÁRIA e no local de atendimento ao público, além de ser entregue impresso sempre que solicitado pelo usuário.
16. O encerramento da relação contratual entre a CONCESSIONÁRIA e o titular do imóvel será efetuado segundo as seguintes características e condições:
 - I. Por ação do proprietário do imóvel, mediante pedido de desligamento dos serviços, observado o cumprimento da legislação vigente e observado o previsto no contrato de adesão, conforme o caso; e,
 - II. Alteração de titularidade a pedido do interessado.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES E CONJUNTOS HABITACIONAIS

17. A CONCESSIONÁRIA, na área de sua atuação, deverá ser consultada em todo estudo preliminar ou anteprojeto de loteamento, sobre a possibilidade do respectivo abastecimento de água.

§ 1º As áreas destinadas ao serviço público de abastecimento de água deverão figurar na planta do loteamento, com a indicação de que serão, oportunamente, cedidas a título gratuito ao PODER CONCEDENTE, que deverá firmar seu interesse, observada a legislação de uso do solo.

§ 2º Quando houver interesse da CONCESSIONÁRIA, as obras e instalações, quando executadas pelo loteador para atender ao abastecimento de água poderão ser objeto de cessão, por meio de instrumento especial a ser firmado com as mesmas.



§ 3º As canalizações para abastecimento de água potável quando assentadas pelo loteador nos logradouros do loteamento, passarão a integrar a rede distribuidora, desde o momento em que a esta forem ligadas, bem como todos os elementos pertinentes ao Sistema.

§ 4º A CONCESSIONÁRIA só abastecerá até a cota altimétrica em que as condições de abastecimento da rede local permitirem, ou as obrigações da concessão ou da permissão referentes às condições de pressão na rede assim determinarem. Fora destes casos o abastecimento correrá por conta exclusiva do interessado.

18. O sistema de abastecimento de água de loteamento será construído de acordo com o projeto previamente aprovado ou elaborado pela CONCESSIONÁRIA.

§ 1º O projeto, compreendendo desenhos, cálculos e memória justificativa, deverá obedecer às prescrições da CONCESSIONÁRIA, e ser assinado por instalador legalmente habilitado.

§ 2º O projeto não poderá ser alterado no decurso da execução da obra sem a prévia aprovação da CONCESSIONÁRIA.

§ 3º Havendo conveniência comum da CONCESSIONÁRIA e do interessado, poderão as mesmas elaborarem o projeto mediante o pagamento das despesas correspondentes.

19. O instalador poderá iniciar as obras depois de obtida as licenças pertinentes e a autorização expressa da CONCESSIONÁRIA.

§ 1º A execução de obras, pelo loteador, será fiscalizada pela CONCESSIONÁRIA.

§ 2º Concluída a obra, o interessado, juntando planta cadastral do serviço executado, solicitará a sua aceitação à CONCESSIONÁRIA.

20. A ligação da rede do loteamento à rede distribuidora da CONCESSIONÁRIA será executada na forma prevista neste regulamento, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado ou elaborado pela CONCESSIONÁRIA e, quando for o caso, efetivadas as cessões a título gratuito.

Parágrafo único – A critério exclusivo da CONCESSIONÁRIA, os trechos do loteamento totalmente concluídos e aceitos poderão ser ligados à rede distribuidora da CONCESSIONÁRIA.



21. A CONCESSIONÁRIA deverá ser consultada, em todo estudo preliminar ou anteprojeto de loteamento e grupamento de edificações, sobre a possibilidade do respectivo esgotamento sanitário, situado em área de sua atuação;

Parágrafo único – O loteamento ou grupamento de edificações só poderá ser aprovado se o seu esgotamento for considerado viável pela CONCESSIONÁRIA, observada a legislação ambiental e sanitária em vigor.

22. Para obtenção da autorização de execução de rede coletora de loteamento e grupamento de edificações, deverá o proprietário, o construtor ou o instalador, obter da CONCESSIONÁRIA a aprovação do respectivo projeto.

Parágrafo único – Para obtenção da autorização de que trata o presente artigo deverão ser apresentados:

- Projeto de rede de esgoto sanitário, de acordo com as prescrições estabelecidas pela CONCESSIONÁRIA, constando as assinaturas do proprietário e do instalador, autor do projeto e responsável pela execução das obras;
- Projeto aprovado pelo CONCEDENTE da rede de águas pluviais;
- Projeto de arquitetura aprovado pelo CONCEDENTE, quando se tratar de grupamento de edificações.

23. As áreas destinadas ao serviço público de esgotamento sanitário deverão figurar no projeto do loteamento ou grupamento de edificações, com a indicação de que será o, oportunamente, cedidas à título gratuito ao PODER CONCEDENTE, desde que haja interesse das mesmas.

24. O projeto não poderá ser alterado no decurso da execução da obra sem a prévia aprovação da CONCESSIONÁRIA.

25. Nos loteamentos e grupamentos de edificações serão construídas redes públicas de esgotamento sanitário, às quais serão ligados os coletores prediais de esgoto, sendo um para cada prédio.

§ 1º Em casos excepcionais, a construção dos coletores referidos no presente artigo poderá ser feita pelos fundos dos lotes, desde que isto não apresente, a critério da CONCESSIONÁRIA, inconveniente do ponto de vista técnico.



§ 2º Os coletores de loteamentos e grupamentos de edificações serão construídos sob a fiscalização da CONCESSIONÁRIA, às custas dos respectivos proprietários quando couber por imposição das metas e termos dos contratos de concessão e permissão ou da legislação municipal em vigor, e incorporados à rede pública de esgoto sanitário.

26. Durante o prazo da CONCESSÃO e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo CONCEDENTE, desde que incluam as redes de água e esgoto executadas pelos empreendedores, com os projetos previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA.

SEÇÃO II

DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

27. O sistema de abastecimento de água potável, constituído de captação, tratamento, elevatórias, reservatórios, redes de distribuição e pontos com hidrantes, bem como o sistema de esgotos sanitários, constituídos de redes coletoras, elevatórias e estações de tratamento de esgoto, nos loteamentos e conjuntos habitacionais serão executados por conta dos empreendimentos de acordo com projetos aprovados pela CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único – Caso o empreendimento esteja localizado dentro dos planos de expansão da CONCESSIONÁRIA para água, o proprietário ficará dispensado da execução da captação e tratamento da água, ficando responsável pela execução de todos os demais elementos, além dos respectivos trechos de adução e estações elevatórias que interliguem com o sistema existente da CONCESSIONÁRIA, condicionado à execução de medidas de compensação.

28. Os projetos de abastecimento de água, de afastamento e de tratamento de esgoto sanitário de loteamentos novos deverão seguir as diretrizes técnicas fornecidas pela CONCESSIONÁRIA e serem executados por profissionais habilitados pelo CREA-MG (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Minas Gerais), devidamente registrados na Prefeitura Municipal de Bom Despacho, por conta do loteador.

Parágrafo único – Loteador é o proprietário do loteamento e poderá ser representado por seu representante legal responsável pelo empreendimento.



29. As diretrizes técnicas para os projetos de abastecimento de água, de afastamento e de tratamento de esgoto sanitário dos empreendimentos ou loteamentos novos deverão ser requeridos à CONCESSIONÁRIA acompanhados da documentação necessária.

Parágrafo único – As diretrizes serão expedidas pela CONCESSIONÁRIA dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrada do requerimento e terão validade por 2 (dois) anos a contar da data de sua expedição, podendo ser prorrogado por igual período após formal solicitação.

30. A aprovação do projeto deverá ser requerida à CONCESSIONÁRIA pelo loteador/empreendedor, devendo o requerimento ser instruído de todos os documentos, memoriais e plantas especificadas nas diretrizes técnicas.

Parágrafo único – O prazo para aprovação dos projetos é de 60 (sessenta) dias a contar da data da solicitação ou data do atendimento de eventuais exigências relativas a divergências com normas e diretrizes, faltas de documentos e informações, comunicadas por escrito ao loteador/empreendedor.

CAPÍTULO V

DAS REDES DISTRIBUIDORAS DE ÁGUA E COLETORAS DE ESGOTO

31. As redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto, e seus acessórios, serão assentados preferencialmente em logradouros públicos.

Parágrafo único – As redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto assentadas pela CONCESSIONÁRIA nos termos deste item, passarão a integrar as redes públicas de água e esgoto do PODER CONCEDENTE.

32. Nas obras de construção e pavimentação de logradouros públicos, deverão ser previamente incluídas as de ampliação ou de renovação da rede local de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários, observadas as metas da CONCESSÃO.

33. As empresas ou órgãos da Administração Pública direta ou indireta federais, estaduais e municipais custearão as despesas referentes à remoção, relocação ou modificação de redes distribuidoras de água e coletoras de esgoto e instalações do sistema público de abastecimento de água e sistema público de esgoto, decorrentes de obras que executarem ou que forem executadas por terceiros com sua autorização, salvo acordos específicos.



Parágrafo único – No caso de obras solicitadas por particulares, as despesas indicadas no caput desta cláusula serão custeadas pelos interessados.

34. As obras de escavação e construção prediais a menos de 1,50 m (um inteiro e cinquenta centésimos de metros) das canalizações públicas de água ou de esgotos, ou de ramais ou de coletores prediais, deverão ser previamente notificadas à CONCESSIONÁRIA.

35. Os danos causados às redes distribuidoras e coletoras, inclusive aos ramais ou coletores prediais, ou às instalações dos serviços de água ou de esgoto serão reparados pela CONCESSIONÁRIA às expensas do responsável por eles, o qual ficará sujeito, ainda, às penalidades previstas neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, sem prejuízo das demais sanções legais a que estiver sujeito.

36. Os custos com as obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras e coletoras, não constantes de projeto, cronograma de crescimento vegetativo ou de projeção de investimentos da CONCESSIONÁRIA, definida com base no EDITAL e no CONTRATO DE CONCESSÃO, serão realizados por conta dos usuários que as solicitarem ou pelos interessados em sua execução.

Parágrafo único – Os prolongamentos de rede, custeados ou não pela CONCESSIONÁRIA, farão parte do patrimônio do Município e estarão afetados pela prestação de serviço público.

37. Nos prolongamentos de rede solicitados por terceiros, a CONCESSIONÁRIA não se responsabiliza pela liberação das áreas de servidão para a implantação da rede.

38. A critério da CONCESSIONÁRIA, diante de permissão prévia do PODER CONCEDENTE, poderá ser implantada rede distribuidora de água em logradouro cujos greides não estejam definidos.

39. Somente será implantada rede coletora de esgoto em logradouro onde a municipalidade tenha definido o greide e que possua ponto de disposição final adequado ao lançamento dos despejos.

40. As intervenções nas vias públicas a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer ao disposto na Lei Municipal nº 2.712, de 26 de dezembro de 2019, estando a CONCESSIONÁRIA sujeita às penalidades estabelecidas na Lei, no caso de seu descumprimento.



CAPÍTULO VI

DAS LIGAÇÕES

41. As ligações de água e esgoto serão realizadas mediante requerimento do proprietário ou legítimo possuidor do prédio a ser servido, desde que satisfeitas as exigências regulamentares feitas pela CONCESSIONÁRIA, relativas às instalações prediais, respeitado o disposto no art.45 §4º, §5º e §6º da lei 11.445/2007.

§ 1º Serão requeridas simultaneamente as ligações de água e de esgoto, quando existirem as respectivas redes no logradouro.

§ 2º Não serão realizadas ligações de água ou de esgoto sanitário para os usuários que estiverem em débito com a CONCESSIONÁRIA.

42. O deferimento do pedido de ligação do serviço de água fica sujeito ao pagamento da respectiva tarifa de ligação à rede pública de água. Da mesma forma, o deferimento do pedido de ligação do serviço de coleta de esgotos sanitários fica sujeito ao pagamento da respectiva tarifa de ligação à rede pública de esgoto.

Parágrafo único – Os valores cobrados pelas ligações dos serviços públicos de água ou esgoto serão aqueles fixados na estrutura tarifária do CONTRATO, sujeitos aos reajustes previstos contratualmente.

43. O atendimento aos usuários da Classe Industrial ficará sempre subordinada às disponibilidades do sistema de abastecimento de água e à capacidade da rede coletora de esgoto, não tendo prioridade sobre as demais categorias.

44. As ligações provisórias relativas aos serviços temporários terão a duração mínima de 01 (um) mês e máxima de 06 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado por períodos dentro dos limites citados, a requerimento dos interessados.

§ 1º A classificação dos usuários de ligações provisórias será a mesma prevista no CAPÍTULO III deste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.

§ 2º Os postulantes e usuários de ligações provisórias estão sujeitos a todos os requisitos, penalidades e cobranças contidas neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.

§ 3º Além das despesas de instalação e remoção dos ramais de água e esgotos, o requerente de ligação provisória pagará, antecipadamente, as tarifas relativas a todo o período do



fornecimento, calculadas segundo esquema tarifário de serviço estimado, observando-se a respectiva Classe de Consumo.

§ 4º A critério da CONCESSIONÁRIA, a ligação provisória poderá ser hidrometrada, caso em que serão compensadas, mensalmente, as diferenças de consumo eventualmente verificadas.

§ 5º Os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA referentes a ligações provisórias deverão ser objeto de contrato.

45. Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderão ser objeto de contratos especiais, nos seguintes casos:

- I. Quando se fizerem necessárias extensões de redes;
- II. Para a proteção contra incêndios; e
- III. Para atender a casos de grande consumo de água ou elevado volume de despejo que não possam ser enquadrados na classificação geral.

CAPÍTULO VII

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

46. As instalações prediais de água e de esgoto deverão ser definidas, dimensionadas e projetadas conforme as normas da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as normas municipais e as diretrizes operacionais da CONCESSIONÁRIA, e serão executadas e mantidas às expensas do usuário.

47. Os ramais prediais de água e de esgotos serão instalados e ligados às respectivas redes públicas pela CONCESSIONÁRIA.

§ 1º As ligações de água e de esgoto para usos domésticos e higiênicos têm prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja concessão ficará condicionada a capacidade dos respectivos sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

§ 2º O reparo de dano causado por terceiros em ramal predial será feito às expensas de quem lhe der causa.

§ 3º A substituição ou modificação de ramal predial, quando solicitadas pelo usuário ou for de seu interesse, será executada às suas expensas.



48. As instalações prediais de água e esgoto poderão ser inspecionadas pela CONCESSIONÁRIA a qualquer tempo.

§ 1º O usuário é obrigado a reparar ou substituir, dentro do prazo que lhe for fixado em notificação da CONCESSIONÁRIA, qualquer canalização ou aparelho hidráulico sanitários que se constate estar defeituoso, possibilitando o desperdício ou a poluição da água, ou a criação de quaisquer condições indesejáveis sob o ponto de vista sanitário ou que tenha sido alterado no decorrer da obra ou construção.

§ 2º A CONCESSIONÁRIA se exime de qualquer responsabilidade por danos pessoais ou patrimoniais derivados do mau funcionamento das instalações prediais.

49. As instalações prediais não deverão permitir a intercomunicação com outras canalizações de água, cujo abastecimento não provenha do sistema público.

Parágrafo único – É vedada ao usuário qualquer derivação de ramais ou extensão de instalações prediais para servir a outra economia localizada em prédio distinto, ainda que localizada no mesmo terreno e/ou pertencente ao mesmo proprietário, com exceção dos casos expressamente autorizados pela CONCESSIONÁRIA.

50. É vedado ao usuário ou a seus agentes intervir no ramal de derivação ou no ramal coletor, ainda que a intervenção tenha por fim desobstruí-los, reparar qualquer defeito ou melhorar condições de abastecimento ou despejo.

§ 1º Os danos causados aos ramais pela intervenção indevida a que se refere este artigo serão reparados pela CONCESSIONÁRIA por conta do usuário, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 2º Novas ligações instalações só serão realizadas na área externa do lote.

51. As mudanças de localização do ramal de derivação, de ramal coletor, de hidrômetro, por conveniência do usuário serão executadas pela CONCESSIONÁRIA, mediante prévio pagamento da tarifa de transferência de padrão.

52. Serão inspecionadas pela CONCESSIONÁRIA todas as obras de instalações de água e esgoto sanitário que se relacionarem com a segurança e o bom funcionamento do sistema público.



§ 1º O disposto neste item se aplica a todas as canalizações que ficarem enterradas ou encobertas.

§ 2º A inspeção das obras será efetuada antes de serem as canalizações cobertas por aterros, muros, lajes ou revestimento, devendo ser descobertas, para a necessária inspeção, as que já tiverem sido aterradas ou encobertas.

§ 3º As obras de grande extensão, a juízo da CONCESSIONÁRIA, poderão ser fiscalizadas à medida que forem sendo executadas, de modo a não retardar os serviços nos trechos já realizados.

53. As instalações de água e esgotos sanitários só poderão ser projetadas e executadas sob a responsabilidade de profissionais habilitados e registrados no CREA.

54. Estão sujeitas à inspeção todas as instalações prediais de água e esgoto, podendo ser recusadas pela CONCESSIONÁRIA ou pelo órgão competente sempre que estiverem em desacordo com as normas legais e regulamentos.

55. Os profissionais são obrigados a cumprir as disposições deste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e outras previstas em lei, além das instruções expedidas pela CONCESSIONÁRIA, ficando responsáveis pelas consequências da má execução das instalações, pelo emprego de materiais inadequados e por qualquer alteração que introduzirem no plano das obras, sem a competente aprovação.

56. As exigências técnicas quanto à higiene, à segurança, à economia e ao conforto a que devem obedecer às instalações prediais de água e esgoto sanitário obedecerão às normas recomendadas pela ABNT, bem como às orientações técnicas estabelecidas pela CONCESSIONÁRIA, na legislação pertinente e nas normas de regulação.

57. Os diâmetros dos ramais prediais serão determinados pela CONCESSIONÁRIA, em função das demandas estimadas e das condições técnicas.

Parágrafo único – Os diâmetros mínimos dos ramais prediais de água e de esgoto serão, respectivamente, 20 mm (11/2") e 100 mm (4").

58. O imóvel que possuir piscina poderá ter seu esgotamento feito através da rede coletora de esgotos mediante a colocação de um redutor de vazão na respectiva tubulação aprovada pelo CONCESSIONÁRIA.



SEÇÃO I

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA

59. A instalação de água compreende o conjunto de tubulações, conexões, aparelhos e equipamentos localizados a jusante do hidrômetro, observado padrão da CONCESSIONÁRIA.
60. Salvo os casos previstos neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, cada prédio será abastecido por um único ramal predial, derivado do distribuidor existente na testada do imóvel, o qual será dimensionado pela CONCESSIONÁRIA de modo a assegurar o suprimento satisfatório do usuário.
- § 1º Em prédios mistos ou não, deverá o edifício, através de seus representantes, solicitar ligações separadas para as unidades de atividades empresariais ou domiciliares, evitando conflitos entre usuários, de modo que leitura será independente para cada unidade.
- § 2º Tratando-se prédio de habitação coletiva, residencial ou misto, a ligação será feita para cada unidade consumidora devidamente regulamentada, perante a CONCESSIONÁRIA.
61. Toda instalação predial deve ser provida do Padrão da CONCESSIONÁRIA, tendo o hidrômetro como elemento componente da ligação, de um registro após hidrômetro, que facilita ao usuário o fechamento provisório de água, e de um registro anterior ao hidrômetro dentro de caixa de proteção de manobras privativa da CONCESSIONÁRIA, ficando o usuário sujeito ao pagamento pelos respectivos serviços.
62. Os hidrômetros serão instalados, se for o caso, substituídos pela CONCESSIONÁRIA, em local apropriado, como elemento componente da ligação.
63. O hidrômetro instalado no ramal predial fica incorporado ao respectivo imóvel, não podendo o proprietário transferi-lo para outro imóvel.
- § 1º Por solicitação do usuário, a CONCESSIONÁRIA poderá efetuar o deslocamento o hidrômetro, desde que seja viável tecnicamente, ficando o usuário sujeito ao pagamento pelo respectivo serviço.
- § 2º Quando o ramal predial, a pedido do usuário, for cancelado ou suprimido, o hidrômetro será retirado e guardado pela CONCESSIONÁRIA, até a sua nova instalação.



64. Somente empregados autorizados da CONCESSIONÁRIA poderão instalar, reparar, substituir ou remover os hidrômetros ou romper e substituir os respectivos lacres, sendo absolutamente vedada ao usuário ou seus agentes a prática desses atos.

§ 1º O usuário será responsável pelas despesas de reparação de avarias consequentes de intervenções indevidas, bem como das provenientes da falta de proteção do aparelho, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito em tais casos.

§ 2º O conserto ou troca de hidrômetros cujos defeitos sejam decorrentes do desgaste normal de seus mecanismos será executado sem ônus para o usuário.

§ 3º Caso o hidrômetro esteja instalado fora dos limites do imóvel, o usuário não será responsabilizado por danos que lhe ocorrerem, mas deverá comunicar o fato à CONCESSIONÁRIA e, conforme a situação, à Delegacia competente o mais breve possível.

§ 4º Caberá ao usuário, em caso de roubo ou sumiço do hidrômetro, a tomada das providências necessárias para reaver o aparelho e, se for o caso, para a aquisição de outro.

65. À CONCESSIONÁRIA e seus prepostos é garantido o livre acesso ao hidrômetro, não podendo o usuário dos serviços criar obstáculos para tal ou alegar impedimento.

Parágrafo único – É vedada a execução de qualquer tipo de instalação ou construção posterior à ligação que venha a dificultar o acesso ao hidrômetro.

66. A definição do local de instalação dos hidrômetros deverá atender as exigências de acessibilidade de proteção estabelecidas pela CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único – A qualquer tempo, para atender às exigências de acessibilidade, a CONCESSIONÁRIA poderá mudar o hidrômetro de lugar.

67. O usuário poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA a aferição do hidrômetro, devendo pagar pela respectiva despesa quando não se constatar nenhuma irregularidade.

§ 1º Constatada irregularidade prejudicial ao usuário, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a retificação da conta.

§ 2º Adota-se, nas aferições, os erros admissíveis previstos pelos fabricantes dos hidrômetros e/ou normas específicas.



68. É vedado o emprego de bombas de sucção diretamente ligadas ao hidrômetro ou ao ramal de derivação, sob pena de sanções previstas neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.
69. O usuário somente poderá utilizar a água para própria serventia, não podendo desperdiçá-la, deixá-la contaminar-se, nem consentir na sua retirada do prédio, ainda que a título gracioso, salvo em caso de incêndio.

SEÇÃO II

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO

70. A instalação do esgoto compreende o ramal coletor, ligando o prédio a partir do limite da propriedade ao coletor público.
71. As instalações prediais de esgotos sanitários deverão ser projetadas e construídas de modo a:
 - I. Permitir o rápido escoamento dos despejos e fáceis desobstruções;
 - II. Não permitir vazamentos ou formação de depósitos nas canalizações; e
 - III. Vedar a passagem de gases para o interior dos prédios.

Parágrafo único – Em toda construção nova deverá constar do projeto uma caixa de inspeção na saída da rede de esgoto para a rede coletora pública de esgoto.
72. Poderá um ramal predial de esgoto atender a dois ou mais prédios, quando houver conveniência de ordem técnica, a critério da CONCESSIONÁRIA.
73. Os coletores prediais deverão ter diâmetro mínimo de 100 mm (cem milímetros), o qual será aumentado se a declividade disponível ou o volume de despejos assim o exigirem.
74. A instalação predial de esgoto sanitário destina-se a coletar e encaminhar para a rede pública a água proveniente de efluentes domésticos e industriais, desde que em condições tais que o esgoto industrial tenha natureza eminentemente de esgoto sanitário doméstico.
75. É obrigatória a construção de caixas de gordura na instalação predial de esgoto para águas servidas provenientes de cozinha e tanque.
76. Não serão admitidos, na rede coletora ou interceptora de esgotos, despejos que contenham substâncias que, por sua natureza, possam danificá-la ou que interfiram nos processos de



depuração da Estação de Tratamento de Esgotos, ou que possam causar danos ao meio ambiente, ao patrimônio público ou a terceiros.

77. Os líquidos residuais que, por suas características, não puderem ser despejados diretamente na rede coletora, serão tratados de acordo com as instruções estabelecidas pela CONCESSIONÁRIA, ou levadas a outro destino conveniente.

Parágrafo único – Os proprietários farão executar à sua conta o tratamento preliminar dos líquidos residuais que não possam ser diretamente recebidos pela rede pública de esgoto, assim definidos pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de corte de ligação, bem como dos líquidos que possam ser nocivos às canalizações, às bombas e às instalações de tratamento.

78. Os despejos industriais a serem lançados na rede coletora de esgotos deverão atender aos seguintes requisitos:

- I. A Temperatura não poderá ser superior a 40°C (quarenta graus centígrados);
- II. O pH deverá estar compreendido entre 6,0 (seis) e 9,0 (nove);
- III. Sólidos sedimentáveis: até 20 mL/L (vinte mililitros por litro) em teste de 1 (um) hora em cone Imhoff;
- IV. Graxas, alcatrões, resinas e outras sustâncias solúveis a frio em éter etílico não serão permitidas em quantidade superior a 150 mg/L (cento e cinquenta miligramas por litro);
- V. A Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) não deverá ultrapassar a DBO média do afluente da Estação de Tratamento de Esgotos; e
- VI. Ter vazão compatível com o diâmetro e as condições hidráulicas de escoamento da rede coletora e com a capacidade do sistema de tratamento de esgotos.

79. Não se admitirão, na rede coletora, despejos industriais que contenham:

- I. Gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;
- II. Substâncias inflamáveis ou que produzam gases infláveis;
- III. Resíduos e corpos capazes de produzir obstruções (trapos, lã, estopa, pelo) e outros;
- IV. Substâncias que, por seus produtos de decomposição ou combinação, possam produzir obstruções ou incrustações nas canalizações de esgoto;
- V. Substâncias que, por sua natureza, interfiram nos processos de depuração na Estação de Tratamento de Esgotos.



Parágrafo único – Os despejos provenientes de postos de combustível ou garagens, onde haja lubrificação e lavagem de veículos deverão passar em caixas que permitam a deposição de areia e a separação do óleo.

80. Os parâmetros físico-químicos dos efluentes líquidos lançados na rede pública coletora de esgoto deverão apresentar as concentrações limitadas ao que estabelece a Tabela 1.

Tabela 1 – Parâmetros e Limites para lançamento de efluentes não domésticos no sistema de esgotamento sanitário

Parâmetros	Unidade	Limites Permitidos
pH	-	Mín.: 6,0 / Máx.: 9,0
Temperatura	°C	≤40
Sólidos Sedimentáveis	mL/L	20
Gorduras, óleos e graxas totais	mg/L	150
Alumínio total	mg/L	3,0
Arsênio total	mg/L	3,0
Bário Total	mg/L	5,0
Boro Total	mg/L	5,0
Cádmio Total	mg/L	5,0
Chumbo Total	mg/L	10,0
Cobalto total	mg/L	1,0
Cobre total	mg/L	10,0
Cromo hexavalente	mg/L	1,5
Cromo total	mg/L	10,0
Estanho total	mg/L	5,0
Ferro Solúvel	mg/L	15,0
Mercúrio total	mg/L	1,5
Níquel total	mg/L	5,0
Prata total	mg/L	5,0
Selênio total	mg/L	5,0
Vanádio total	mg/L	4,0
Zinco total	mg/L	5,0
Nitrogênio amoniacal total	mg/L	500
Cianetos totais	mg/L	5,0
Fenóis totais	mg/L	5,0
Fluoreto total	mg/L	10,0
Sulfeto total	mg/L	1,0
Sulfatos	mg/L	1.000



Substâncias	mg/L	5,0
Tensoativas		
Benzeno	mg/L	1,2
Tolueno	mg/L	1,2
Xileno	mg/L	1,6
Etilbenzeno	mg/L	0,84
Estireno	mg/L	0,07
Clorofórmio	mg/L	1,0
Dicloeteno	mg/L	1,0
Tetracloreto de Carbono	mg/L	1,0
Tricloroeteno	mg/L	1,0

81. O projeto de tratamento de efluentes industriais, a serem lançados na rede coletora de esgotos deverá ser aprovado pela CONCESSIONÁRIA.

82. É vedada a introdução de águas pluviais na rede pública de esgoto, sob pena de multa a ser aplicada ao usuário pelo PODER CONCEDENTE.

83. Nas edificações situadas em logradouros públicos que não possuam rede coletora, os prédios deverão ter dispositivo de destinação adequada de esgotos sanitários, que deverá ser construído, mantido e operado pelo proprietário ou legítimo possuidor, às suas expensas.

Parágrafo único – É obrigatória, para todo prédio com rede pública coletora disponível, a respectiva conexão.

84. O esgotamento sanitário de prédios situados abaixo do nível da rua poderá ser feito para o coletor da rua situada em frente ao prédio através de sistema mecânico a ser instalado pelo usuário às suas expensas, ou através de terrenos vizinhos para o coletor de cota mais baixa, desde que os proprietários o permitam, através de documento hábil.

85. A CONCESSIONÁRIA não se obriga a conceder ligação de esgotos quando a profundidade do ramal predial, medida a partir da soleira do meio fio até a geratriz interna inferior da tubulação, for superior a 0,90 m (noventa centésimos de metro).

Parágrafo único – Havendo condições técnicas, poderão ser concedidas ligações com profundidade superior à mencionada neste artigo, mas em nenhuma hipótese a profundidade poderá exceder 3,50 m (três inteiros e cinquenta centésimos de metros).



86. No perímetro urbano a distância máxima permitida para ligação de esgotos em diagonal é de 25 (vinte e cinco) metros, medida na rede existente, a partir da interseção da perpendicular ao eixo da rede de esgotos, passando pelo centro do poço luminar.
87. A declividade mínima para ligação de esgotos é de 3%, considerada do poço luminar à meia seção da rede coletora.
88. Qualquer lançamento na rede pública de esgoto deve ser realizado por gravidade. Quando houver necessidade de recalque dos efluentes, eles deverão seguir para uma caixa de “quebra pressão”, situada à montante do poço liminar, na parte interna do imóvel, onde serão conduzidos em conduto livre até o coletor público, sendo de responsabilidade do usuário a execução, operação e manutenção dessas instalações.
89. O esgotamento através de terreno de outra propriedade, situado em cota inferior, somente poderá ser levado a efeito quando houver conveniência técnica para a CONCESSIONÁRIA e anuênciia do proprietário do terreno pelo qual passar a tubulação, obtida pelo interessado, em documento hábil.
90. O coletor a ser construído em terreno particular deverá ser instalado obrigatoriamente em área não edificada, dando preferência à proximidade de divisas.

Parágrafo Único – Os coletores existentes em terrenos particulares, sobre os quais se torne necessário construir, deverão ser desviados para áreas não edificadas, por conta do proprietário do terreno por onde passa a rede.

91. É obrigatória a construção de fossa séptica, as expensas dos usuários, nas edificações situadas em logradouros públicos que não possuam rede coletora de esgoto sanitário.

Parágrafo único – As dimensões e tipos a serem empregados dependem de prévia aprovação da CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO VIII

DOS RESERVATÓRIOS PARTICULARES

92. Em toda edificação dotada de ligação de água ao sistema público, é obrigatória a existência de reservatório (s) com capacidade suficiente para abastecer todos os habitantes do(s) domicílio(s) existente(s) no prédio durante 01 (um) dia, no mínimo, bem como satisfazer outros requisitos contidos em normas da ABNT.



93. O projeto e a execução dos reservatórios deverão atender aos seguintes requisitos de ordem sanitária:

- I. Assegurar a perfeita estanqueidade;
- II. Utilizar em sua construção materiais que não causem prejuízo à qualidade da água;
- III. Permitir inspeção e reparo, através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas;
- IV. Possuir válvula de flutuador (boia), extravasor e tubulação de descarga;
- V. Possuir tampa; e
- VI. Ser lavado e desinfetado a cada 06 (seis) meses.

94. É vedada a passagem de tubulações de esgoto sanitário ou pluvial pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

95. Os prédios com 03 (três) ou mais pavimentos e aqueles cuja pressão dinâmica disponível na rede junto à ligação seja insuficiente para alimentar o reservatório superior, deverão possuir, além deste, reservatório inferior e instalação elevatória conjugados.

96. Nenhum depósito de lixo domiciliar ou incinerador de lixo poderá estar localizado sobre qualquer reservatório de modo a dificultar o seu esgotamento ou representar perigo de contaminação de suas águas.

97. Se o reservatório subterrâneo tiver de ser construído em recinto ou área interna fechada, nos quais exista canalização ou dispositivo de esgoto sanitário, deverão ali ser instalados ralos e canalização de águas pluviais, capazes de escoar qualquer fluxo eventual de esgoto sanitário.

CAPÍTULO IX

DAS TARIFAS

98. Os serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto serão remunerados sob a forma de tarifa, de acordo com a estrutura tarifária do CONTRATO.

99. As tarifas serão reajustadas periodicamente, na forma e condições preconizadas no CONTRATO, visando a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

100. As tarifas de água e esgoto incidirão sobre as unidades prediais e territoriais, servidas pelas respectivas redes, que as utilizem.



101. As tarifas deverão ser diferenciadas segundo as categorias de usuários e faixas de consumo.
102. É vedado ao PODER CONCEDENTE conceder isenção ou redução de tarifas de água e esgoto, para qualquer fim.
103. A tarifa mensal do serviço de esgotos sanitários é por economia servida e será igual a prevista no CONTRATO.
104. As contas deverão ser pagas nos estabelecimentos bancários autorizados a recebê-las, sob pena das sanções previstas neste regulamento.
105. O consumo de água será apurado através da leitura mensal do hidrômetro, levando-se em conta o número de economias com os respectivos consumos.

Parágrafo único – A leitura do hidrômetro será feita a intervalos regulares, a critérios da CONCESSIONÁRIA, e registrada em impresso próprio, sendo desprezadas, na apuração de consumo de frações.

CAPÍTULO X

DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO

106. O volume de água que determinará o consumo por economia e por Classe de Consumo será o fixado pela estrutura tarifária do CONTRATO.
107. A água fornecida pela CONCESSIONÁRIA deverá, sempre que possível, ser medida por hidrômetro e a conta será sempre referente ao consumo obtido pela diferença entre as duas últimas leituras.

§ 1º O período de consumo poderá variar, a cada mês, em função da ocorrência de feriados, finais de semana e de acordo com o calendário de faturamento da CONCESSIONÁRIA.

§ 2º A duração dos períodos de consumo é fixada de maneira que seja mantido o número de 12 (doze) contas por ano.

§ 3º A CONCESSIONÁRIA poderá fazer projeção da leitura real, para fixação da leitura faturada, em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.
108. Não sendo possível a apuração do volume consumido em determinado período, o faturamento será feito pelo consumo médio, com base no histórico do consumo medido.



§ 1º O consumo médio será calculado com base nos últimos 06 (seis) meses de consumo medido.

§ 2º Ocorrendo troca de hidrômetro, inicia-se novo histórico para efeito de cálculo de consumo.

109. Verificando-se a elevação exagerada do consumo em relação à média do usuário, proveniente de vazamento invisível, o volume faturado poderá ser calculado pelo consumo médio, por uma única vez.

§ 1º Na ocorrência desse fato, a CONCESSIONÁRIA notificará o usuário da irregularidade do consumo, devendo o usuário, então, providenciar as devidas verificações e, se for o caso, o imediato reparo de suas instalações.

§ 2º O próximo faturamento corresponderá ao volume efetivamente medido, vedada para este, a redução prevista no caput deste artigo.

110. Na ausência de medidor, o consumo será estimado para fins de faturamento, em função do consumo médio presumido, para cada Classe de Consumo.

Parágrafo único – A cobrança, nesses casos, só poderá ser efetivada se comprovada a prestação dos serviços de desinfecção da água fornecidas e por um período máximo de 01 (um) ano.

111. Para efeito de determinação do volume esgotado, para o caso dos usuários que possuam sistema próprio de abastecimento de água e que se utilizem da rede pública de esgoto, a CONCESSIONÁRIA poderá instalar medidor nesses sistemas ou nos ramais prediais de esgoto, devendo o usuário permitir livre acesso para instalação e leitura desses medidores.

CAPÍTULO XI

DA COBRANÇA PELOS SERVIÇOS

112. No cálculo do valor da conta, o consumo a ser faturado será calculado conforme previsto no ANEXO IV – ESTRUTURA TARIFÁRIA.

113. As contas são emitidas periodicamente e entregue com antecedência mínima de 07 (sete) dias em relação à sua data de vencimento.

Parágrafo único – A falta de recebimento da conta não desobriga o usuário de seu pagamento.



114. As contas não quitadas até a data de vencimento serão acrescidas de multa de 2,0 % e juros de 0,33% ao dia, sobre o seu valor.

§ 1º Se a conta não for paga dentro de 30 (trinta) dias após o vencimento, o fornecimento de água e/ou a coleta de esgoto poderão ser suspensos, após 15 (quinze) dias da prévia notificação do usuário.

§ 2º O imóvel com abastecimento suspenso, cujo proprietário esteja em débito com o serviço, somente poderá ser religado após a quitação ou parcelamento da dívida.

§ 3º Das contas emitidas, caberá recurso pelo interessado, desde que apresentado à CONCESSIONÁRIA antes da data de vencimento das respectivas contas.

§ 4º Após a data do vencimento, só serão recebidos os recursos de usuários se as respectivas contas estiverem devidamente quitadas.

§ 5º Após o pagamento da conta, poderá o usuário reclamar, no prazo máximo de 03 (três) meses do seu vencimento, a devolução dos valores considerados indevidos.

§ 6º Nas edificações sujeitas à legislação sobre condomínio, este é considerado responsável pelo pagamento da prestação de serviços, o mesmo acontecendo com o incorporador, no caso de conjunto habitacional ainda não totalmente ocupado ou o proprietário do imóvel, independentemente de ele ter sido o usuário.

115. A conta mensal apresentada pela CONCESSIONÁRIA constará de todos os valores devidos pelo usuário no mês em referência (tarifas, multas, taxas, serviços, etc.)

SEÇÃO I

DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS NÃO TARIFADOS

116. O preço público dos serviços não tarifados, realizados a pedido do usuário, serão fixados de acordo as tabelas apresentadas no ANEXO 1 do CONTRATO – PROPOSTA ECONÔMICA, que serão reajustadas conforme contrato.

Parágrafo único. Os serviços não tarifados, ou serviços complementares, prestados com exclusividade pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da municipalidade, em regime de monopólio, que não estejam fixados nas tabelas supracitadas deverão ter seus preços prazos de execução homologados pela ENTIDADE REGULADORA.



CAPÍTULO XII

DO INADIMPLEMENTO

117. A suspensão da prestação dos serviços por inadimplemento do usuário, precedida de notificação, ocorre pelo:

- I. Não pagamento da fatura relativa à prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;
- II. Não pagamento de serviço não tarifado;

§ 1º A apresentação da quitação do débito à equipe responsável pelo desligamento do fornecimento de água, no momento precedente ao ato, obsta sua efetivação.

§ 2º A suspensão dos serviços não será promovida de sexta-feira a domingo, na véspera e em feriado nacional, estadual ou municipal.

§ 5º A suspensão do serviço de esgotamento sanitário apenas será permitida em caso de usuário inadimplente, com fonte própria de abastecimento de água, que tenha acumulado volume de esgoto faturado e não pago superior a 100 m³ (cem metros cúbicos).

§ 6º Na hipótese do § 5º, os órgãos competentes de meio ambiente e o titular do serviço devem ser informados em duas correspondências com comprovação de recebimento, a primeira com 90 (noventa) e a segunda com 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a suspensão do serviço de esgotamento sanitário.

§ 7º Na hipótese do § 5º, o usuário deve ser notificado pela CONCESSIONÁRIA sobre a suspensão, e informado da comunicação aos órgãos ambientais e ao titular, através de correspondência específica com comprovação de recebimento, enviada com antecedência de 90 (noventa) dias da data prevista para a suspensão.

§ 8º O pagamento de fatura referente ao período posterior não implica a quitação do débito que motivou a suspensão.

118. A suspensão dos serviços por inadimplemento do usuário que preste serviço de caráter essencial à população será comunicada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao PODER CONCEDENTE, que instituirá processo de mediação visando encontrar solução para o problema.

Parágrafo único – São considerados serviços de caráter essencial:



- I. Creches, escolas e instituições públicas de ensino;
 - II. Hospitais e atendimentos destinados à preservação da saúde pública; e
 - III. Estabelecimentos de internação coletiva.
119. Na hipótese de atraso no pagamento da fatura emitida pela CONCESSIONÁRIA, facultasse a cobrança de multa, e juros de mora de 0,33% ao mês, calculados pro rata die.
- § 1º Para a cobrança de multa, deve-se observar o percentual máximo de 2%.
- § 2º A multa e os juros de mora incidem sobre o valor total da fatura, excetuando-se:
- I. As multas e os juros de períodos anteriores; e
 - II. Os valores relativos às contribuições ou doações de interesse social.
- § 3º Havendo disposições contratuais pactuadas entre a CONCESSIONÁRIA e usuário, estabelecendo condições diferenciadas, prevalece o pactuado, limitado ao estabelecido neste artigo.
- § 4º O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.
- § 5º A falta de recebimento da fatura não desobriga o usuário de seu pagamento.
120. A CONCESSIONÁRIA poderá parcelar o débito existente decorrente da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, segundo critérios estabelecidos em normas internas, firmando com o usuário um acordo de pagamento de dívida que estabelecerá, no mínimo, a forma de cobrança e seu respectivo valor.
- § 1º A CONCESSIONÁRIA deve alertar o usuário que o não pagamento das faturas relativas ao acordo de pagamento de dívida poderá ocasionar a suspensão do abastecimento de água, devendo haver notificação com 15 (quinze) dias de antecedência, nos termos do item 114 deste regulamento.
- § 2º Os termos do acordo de pagamento de dívida referentes a multa, juros e atualização monetária devem ser limitados ao estabelecido no item 134 deste regulamento.
121. Quando houver débitos decorrentes da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, a CONCESSIONÁRIA pode condicionar à quitação dos referidos débitos:



- I. A ligação ou alteração da titularidade solicitada por quem tenha débitos no mesmo ou em outro local de sua área de concessão; e
- II. A religação, o aumento de vazão, a alteração contratual, a contratação de fornecimentos especiais ou de serviços, quando solicitados por usuário que possua débito com a CONCESSIONÁRIA no imóvel para o qual está sendo solicitado o serviço.

Parágrafo único – A CONCESSIONÁRIA não pode condicionar os atendimentos previstos nos incisos I e II à quitação de débito não autorizado pelo usuário ou de débito pendente em nome de terceiro.

CAPÍTULO XIII

DAS RESTRIÇÕES À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I – DA PARALISAÇÃO

122. A CONCESSIONÁRIA, sempre que necessário, poderá paralisar a prestação de seus serviços em situações de emergência ou que atinjam a segurança de pessoas e bens ou quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas.

- I. O prestador deverá dar ampla divulgação à população, nos canais de comunicação disponíveis (jornal, rádio, internet etc), sobre a interrupção;
- II. Em caso de paralisação programada, o prestador deverá divulgar amplamente nos canais de comunicação disponíveis (jornais, rádios, internet etc), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas horas), informando no mínimo: a) Motivo da paralisação; (b) Data e hora de início; (c) Data e hora prevista para o reestabelecimento;

Parágrafo único: caso a paralisação seja superior a seis horas, o prestador deverá comunicar também à ENTIDADE REGULADORA.

123. No caso de paralisação do serviço com duração superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONCESSIONÁRIA deverá prover fornecimento de emergência aos usuários que prestem serviços essenciais à população, definidos por este anexo.

124. A CONCESSIONÁRIA deverá manter banco de dados atualizado, contendo:



- I. Ocorrências de paralisações superiores a 24 (vinte e quatro) horas, por município e localidade (s) afetada (s); e
- II. Duração da paralisação, com data, horário de início e encerramento das ocorrências.

SEÇÃO II – DA SUSPENSÃO

125. A prestação dos serviços poderá ser suspensa, a qualquer tempo, sem prejuízo de outras sanções, nos seguintes casos:

- I. Utilização de artifícios ou qualquer outro meio fraudulento ou, ainda, violação nos equipamentos de medição e lacres, com intuito de provocar alterações nas condições de abastecimento ou de medição, inclusive a utilização de qualquer dispositivo que promova sucção no ramal predial ou na rede de abastecimento de água;
- II. Revenda ou abastecimento de água a terceiros;
- III. Ligação clandestina ou religação à revelia da CONCESSIONÁRIA;
- IV. Deficiência técnica ou de segurança das instalações do usuário que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens;
- V. Quando a forma da utilização pelo usuário interferir no desempenho dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;
- VI. Quando não for solicitada a ligação definitiva de água depois de concluído o prazo concedido para ligação temporária;
- VII. Quando impedida a realização de leitura por 6 (seis) ciclos consecutivos;
- VIII. Fusão de ramais prediais de água; e
- IX. Lançamento de esgotos que exijam tratamento prévio na rede pública, após comunicação ao órgão ambiental competente;
- X. Lançamento de esgoto sanitário na rede de drenagem pluvial ou vice-versa;
- XI. Comprovado desperdício de água em períodos de racionamento.

SEÇÃO III – DA RELIGAÇÃO

126. Cessado o motivo da suspensão, a CONCESSIONÁRIA restabelecerá os serviços de abastecimento de água em até 120 (cento e vinte) horas, após solicitação pelo usuário.

Parágrafo único – Correrá por conta do usuário o custo da religação.

SEÇÃO IV – DAS SITUAÇÕES ESPECIAIS



127. Em função de restrição de disponibilidade de água, a CONCESSIONÁRIA priorizará o abastecimento a serviços essenciais e à categoria residencial.
128. Em situações extraordinárias, quando for impossível ou economicamente inviável a aplicação dos critérios técnicos definidos para a prestação do serviço, a CONCESSIONÁRIA poderá propor solução especial, que somente será implantada após a homologação do PODER CONCEDENTE.
129. Por ocasião de expansão de rede pública de fornecimento de água, a colocação de hidrantes pela CONCESSIONÁRIA e a distribuição dos equipamentos serão realizadas segundo critérios pactuados com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Parágrafo único – A instalação de hidrantes nas redes existentes, por solicitação do Corpo de Bombeiros, além do dimensionamento previsto pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, será suportada por recursos provenientes daquela instituição.

CAPÍTULO XIV

DOS HIDRANTES

130. Os hidrantes deverão constar dos projetos e ser distribuídos ao longo da rede pública, obedecendo a critérios adotados pela CONCESSIONÁRIA, de comum acordo com o Corpo de Bombeiros ou corporação competente e conforme as normas da ABNT.

Parágrafo único – A CONCESSIONÁRIA poderá, nas redes existentes, instalar hidrantes, por solicitação do Corpo de Bombeiros, contra pagamento de valor correspondente.

131. A operação dos registros e dos hidrantes na rede distribuidora será efetuada exclusivamente pela CONCESSIONÁRIA ou pelo Corpo de Bombeiros ou corporação competente.
132. Os danos causados aos registros e aos hidrantes serão reparados pela CONCESSIONÁRIA, às expensas de quem lhes der causa, sem prejuízo das sanções previstas neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS e das penas criminais aplicáveis.



CAPÍTULO XV

DAS PENALIDADES

133. A inobservância de qualquer dispositivo do presente REGULAMENTO DOS SERVIÇOS sujeitará o infrator às notificações e penalidades que poderá ser, conforme a gravidade da infração, sanção pecuniária acrescida ou não da interrupção do fornecimento de água.

134. A falta de pagamento das contas relativas às tarifas de água e/ou esgoto sujeitará o infrator a multa de 2% e juros de mora de 0,33% ao mês nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único – Adicionalmente, a CONCESSIONÁRIA poderá interromper o serviço de água por falta de pagamento, e só será obrigado a restabelecê-lo depois de liquidados todos os débitos, inclusive multas, e mediante pagamento de uma tarifa de religação prevista no EDITAL e no CONTRATO.

135. Independentemente da aplicação da multa, conforme a natureza da infração, a CONCESSIONÁRIA poderá interromper o abastecimento de água, nas seguintes hipóteses:

- I. Manipulação indevida, por parte do usuário, da ligação predial, inclusive medidor, ou qualquer outro componente da rede pública;
- II. Caso, a juízo da CONCESSIONÁRIA, houver comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas;
- III. Negativa do usuário em permitir a instalação de hidrômetros, após comunicação escrita a respeito;
- IV. Por inadimplemento do usuário, após comunicação por escrito nesse sentido.
- V. O usuário que, intimado a reparar ou substituir qualquer canalização ou aparelho defeituoso nas instalações internas, não o fizer no prazo fixado na respectiva intimação, também ficará sujeito à interrupção do serviço de água até o seu cumprimento.

SEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES

136. Os responsáveis pelas infrações estão sujeitos à sanção pecuniária previstas no ANEXO IV – ESTRUTURA TARIFÁRIA.



137. Parágrafo único – Independentemente da aplicação da multa, e conforme a natureza da infração, poderá a CONCESSIONÁRIA interromper o abastecimento de água.
138. Serão punidas com multas, independentes de notificação e de denúncias na área judicial e policial, as seguintes infrações:
 - I. Recusa do usuário à inspeção das instalações internas por parte do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA;
 - II. Violação do selo nos casos de interrupção do fornecimento de água;
 - III. Intervenção, de qualquer modo, nas instalações de água ou de esgoto sanitário;
 - IV. Violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;
 - V. Introdução ou lançamento nas instalações de esgoto sanitário de qualquer material que obstrua ou prejudique a rede pública de esgoto;
 - VI. Desobediência às instruções da CONCESSIONÁRIA, na execução de obras e serviços de instalações de água ou de esgoto sanitário;
 - VII. Intervenção no ramal predial de água ou esgoto, ou nas redes distribuidoras ou coletoras e seus componentes;
 - VIII. Despejo de águas pluviais na rede de coletora de esgoto, ou despejo de esgoto sanitário nas redes de drenagem pluvial;
 - IX. Derivação na instalação predial, antes do hidrômetro, para suprimento do imóvel, impossibilitando ou adulterando a medição de consumo;
 - X. Ligações clandestinas diretamente da rede da rua, passagens por fora do hidrômetro, dano ao aparelho medidor ou qualquer outra forma que possa causar danos ou prejuízo à CONCESSIONÁRIA no fornecimento de água;
 - XI. Instalação de dispositivo de sucção diretamente nas redes distribuidoras ou nos ramais prediais;
 - XII. Utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para abastecimento de água ou coleta de esgotos de outro imóvel ou economia;
 - XIII. Desperdício de água nas ligações sem medição e em qualquer ligação, nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento;
 - XIV. Construção ou colocação de materiais diversos ou plantas que venha a prejudicar ou impedir o acesso aos ramais ou ligações prediais de água e/ou esgotos;
 - XV. Interconexão da instalação predial que possua abastecimento próprio com instalação alimentada com água procedente de abastecimento público;



- XVI. Danificação da tubulação ou instalações de sistema de água e esgotos;
- XVII. Interligação de instalações prediais internas de água, entre prédios distintos, ou entre dependências de um mesmo prédio que possuam ligações distintas;
- XVIII. Prestar informações falsas quando da solicitação de serviços à CONCESSIONÁRIA;
- XIX. Uso de dispositivos tais como bombas ou injetores, nas redes distribuidoras ou coletoras;
- XX. Alteração de projeto de instalação de água e de esgotos em loteamentos ou agrupamentos de edificações sem a prévia autorização da concessionária;
- XXI. Religação por conta própria da derivação predial; e
- XXII. Fornecimento de água a terceiros através da extensão das instalações prediais para abastecer economias localizadas em lote, prédio ou terreno, distintos, sem autorização expressa da concessionária.

139. Os valores das multas referentes ao item anterior, estão previstos na Tabela de Serviços Não Tarifados.

§ 1º Em caso de recorrência, as multas cabíveis serão aplicadas em dobro.

§ 2º O pagamento da multa não elide a irregularidade verificada, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras e/ou instalações que estiverem em desacordo com o disposto neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.

140. O empregado da CONCESSIONÁRIA que constatar transgressões a este REGULAMENTO DOS SERVIÇOS lavrará Auto de Constatação, independente de testemunhos.

§ 1º Uma via do Auto de Constatação será entregue ao infrator mediante recibo, e outra será encaminhada ao PODER CONCEDENTE para aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º Se o infrator se recusar a receber o Auto de Constatação, o empregado da CONCESSIONÁRIA certificará o fato no verso do documento.

141. Lavrado o Auto de Constatação, a CONCESSIONÁRIA encaminhará para o PODER CONCEDENTE, o qual irá lavrar o Auto de Infração, caso verifique a ocorrência de violação a este regulamento, devendo assegurar ao usuário o direito de recurso no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do Auto de Infração.



- a) Caso entenda necessário, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE poderão realizar diligências e vistorias *in loco*, a fim de verificar a ocorrência da infração constante do Auto de Constatação expedido.
- b) Terminado o prazo para envio de recurso, o PODER CONCEDENTE poderá aplicar as penalidades cabíveis.

Parágrafo único – Caso entenda necessário, a ENTIDADE REGULADORA poderá realizar diligências e vistorias *in loco*, a fim de verificar a ocorrência da infração constante do Auto de Constatação expedido pela CONCESSIONÁRIA.

142. O proprietário ou legítimo possuidor de edificação urbana que não providenciar a conexão às redes públicas de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário, nos prazos e condições notificados pela CONCESSIONÁRIA, ou que obstar a realização de vistorias para aferição da regularidade das conexões, estará sujeito à aplicação das seguintes sanções pelo PODER CONCEDENTE:

- I. Multa mensal ou fração equivalente a duas vezes o valor estimado do consumo de água, observando a estrutura tarifária vigente e a classe de usuário; e
- II. Multa no mesmo valor previsto no inciso anterior, por mês ou fração, quando não efetuar a ligação à rede coletora de esgoto.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS

143. Caberá a CONCESSIONÁRIA recompor a pavimentação das vias e espaços públicos danificados em decorrência das obras de ampliação da rede, e as decorrentes de reparo dos ramais e derivações, bem como, a recomposição de passeios ou calçadas em que intervenha.

144. Diante da impossibilidade técnica de aquisição imediata do material betuminoso, a ser aplicado no local da recomposição do pavimento, tal serviço deverá ser executada, em duas fases, a saber:

- I. Primeira fase: recomposição imediata, com aplicação de revestimento em concreto, respeitando o nivelamento da pista e os procedimentos indicados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.



- II. Segunda fase: recomposição com aplicação do mesmo material do pavimento atual, conforme cronograma a ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, respeitando o nivelamento da pista e os procedimentos indicados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.
145. O não cumprimento da recomposição da pavimentação em conformidade com os procedimentos estabelecidos sujeitará a CONCESSIONÁRIA ao pagamento da multa prevista na CLÁUSULA 33 item 33.5.2 do ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO de CONCESSÃO.
146. Os postes, cabos elétricos, dutos telegráficos e telefônicos, encanamentos de ar comprimido a vapor d’água ou outras instalações subterrâneas deverão guardar a distância mínima de 01 (um) metro, tanto ao longo, como no sentido vertical, das canalizações de água ou esgoto.

Parágrafo único – As disposições deste item se aplicam às instalações executadas nos logradouros públicos e nas propriedades particulares.
147. As ligações prediais de água e esgoto poderão ser suprimidas nos casos de:
 - I. Interdição judicial ou administrativa;
 - II. Desapropriação do imóvel para a abertura de via pública;
 - III. Incêndio ou demolição definitiva;
 - IV. Como penalidade por infração a dispositivo previsto neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS ou em normas específicas, no caso de ligações de água; e
 - V. Por solicitação do usuário.
148. O usuário poderá requerer, por motivo de mudança ou ausência prolongada, a suspensão do serviço de água, ficando a CONCESSIONÁRIA obrigada a executá-lo no prazo de 07 (sete) dias.
149. Guardadas as disposições legais sobre a inviolabilidade do lar, o usuário não poderá opor-se à inspeção das instalações internas de água e esgoto por parte dos agentes autorizados da CONCESSIONÁRIA, nem à instalação, exame ou substituição do hidrômetro, sob pena de interrupção do serviço de água.
150. Será suspenso o fornecimento de água nos casos em que for constatado o emprego de aparelhos, equipamentos ou instalações que possam poluir a água.



151. Não é permitido a qualquer usuário, fornecer a terceiros a água fornecida pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de corte do serviço de água.
152. A CONCESSIONÁRIA fiscalizará e fará o monitoramento dos recursos hídricos do Município, comunicando quaisquer situações de infração ou suspeita de infração aos órgãos competentes para adoção das medidas legais.
153. Qualquer rede de água e/ou esgoto, cujo material tenha sido fornecido pelos usuários, construída ou não pela CONCESSIONÁRIA, e que passe por alguma via pública, passa a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, que dará a manutenção e autorizará ou não novas ligações.
154. A CONCESSIONÁRIA organizará o cadastro de todos os imóveis situados nos logradouros públicos dotados de coletores de esgotos sanitários ou de rede de distribuição de água, sendo-lhe assegurado, para esse fim, o acesso aos registros cadastrais do PODER CONCEDENTE.
155. Os casos omissos ou de dúvidas do presente REGULAMENTO DOS SERVIÇOS serão resolvidos pela ENTIDADE REGULADORA, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
156. As ligações de água e esgotos de chafariz, lavanderias públicas, praça e jardim públicos, serão concedidas pela administração dos serviços, a requerimento do órgão público interessado desde que este se responsabilize pelo pagamento dos serviços prestados e pelo abastecimento de água.
157. Nos casos em que CONCESSIONÁRIA identificar problemas no sistema de abastecimento de água, que configurem a possibilidade da falta de água, esta deverá informar à população, com divulgação através de redes sociais, rádio e no seu próprio site, visando a conscientização da população. Esta comunicação deverá seguir os seguintes prazos:
 - I. Para casos emergenciais que afetem toda a cidade, no máximo em 5 (cinco) horas;
 - II. Para os casos de localizados, que afetem, áreas regionalizadas, no máximo em 5 (cinco) horas;
 - III. Para os casos de manutenção preventiva prazo mínimo de 7 (sete) dias.



CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

158. A CONCESSIONÁRIA notificará os proprietários dos imóveis situados em logradouros públicos que não requereram voluntariamente a conexão às redes públicas de água e/ou esgoto disponíveis a fazê-lo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena das sanções previstas neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS.
159. Os prazos previstos neste REGULAMENTO DOS SERVIÇOS serão contados por dias corridos.